

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Ana Maria Doimo

**Perfil dos Movimentos Sociais e das Ongs na Grande Vitória
em Meados dos Anos 90: A Face Integrativa em
Tempos de Globalização**

Relatório substantivo de pesquisa apresentado ao Departamento de Ciências Sociais, Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal do Espírito Santo e ao Conselho Nacional de Pesquisa em dezembro de 1996.

VITÓRIA

Introdução

Se o tema dos movimentos sociais no Brasil pós 1970 teve um pronunciado tratamento pela academia nos últimos tempos, o tema das Ongs – organizações não-governamentais, só muito recentemente vem sendo abordado sistematicamente, ainda que elas tenham se constituído como importantes suportes institucionais a esses movimentos. Até 1988, quando então foi realizado um primeiro levantamento das também chamadas “entidades sem fins lucrativos” (Landin: 1988), elas viviam "em silêncio, na obscuridade, e quase na clandestinidade", como bem observou Hebert de Souza, um dos principais ícones das Ongs brasileiras. (Souza, 1992:140).

No início da década de 1990, verifica-se a instauração de um deliberado empenho por parte de muitos de seus dirigentes no sentido da construção da face pública das Ongs, bem como a definição mais precisa do seu lugar sócio-político, empenho este que convergiu para a criação da ABONG – Associação Brasileira de Ongs, em agosto de 1991.

Há ainda quem confunda tais organizações com entidades representativas, isto é, com sindicatos, associações de moradores e de classe. Nada mais enganoso. Nascidas sob o signo da ação-direta (Doimo: 1995), aparecem nos mais inesperados lugares da cultura, da sociedade e da política, situando-se ao largo das instituições de representação, como os partidos políticos e os sindicatos. Contudo, procuram trabalhar temas de interesse público ou coletivo como meio de obtenção de legitimidade e confiabilidade.

Numa primeira imagem conceitual, traçada por Rubem César Fernandes e Leandro Carneiro, as Ongs seriam "*pequenas organizações, (...) que circulam como pequenas naves em espaços fortemente condicionados pela força gravitacional de astros maiores, como o Estado, as empresas, as*

igrejas, os partidos, as universidades, os movimentos sociais, a mídia de massas, etc." (Fernandes & Carneiro, 1991:10, grifos meus).

No Brasil, surgiram ainda durante a ditadura militar, em meados dos anos 1970, mediante crítica aos modelos desenvolvimentistas do pós-guerra, pautadas num discurso de recuperação da capacidade ativa do povo e do rompimento da cultura política autoritária, de tutela do Estado sobre a sociedade civil. Com isso, colocaram-se inicialmente de modo totalmente avesso ao espírito assistencial-filantrópico, próprio da ideologia imperialista da "Aliança para o Progresso". Em vez disto, caracterizavam-se como pequenos organismos de assessoria a movimentos sociais, elaborando projetos de "educação popular" voltados à conscientização e à mobilização com vistas à produção de mudanças. Mantendo-se economicamente pela "política de ajuda" de entidades de cooperação internacional, desencadearam um primeiro ciclo de movimentos com aguçada face expressivo-mobilizadora, concorrendo para a erosão do regime militar. E assim, elas colocaram-se como formatos alternativos de organização da sociedade civil brasileira entre meados das décadas de 1970 e 1980, mantidas pelas chamadas "associações privadas de desenvolvimento", muitas delas de extração confessional, seja da Igreja Católica seja das denominações do protestantismo histórico, especialmente a Luterana e a Metodista. Levantamento realizado em 1991 pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, indicou a existência de 299 Ongs estrangeiras atuantes no Brasil, sendo 252 européias e 47 norte-americanas (ABC; 1991).

O que chama a atenção neste momento, não é só o deslocamento da ajuda européia para a americana, mas o aumento delas no país. Aquilo que parecia ser um fato transitório em razão do fechamento político, parece tornar-se um fenômeno que veio para ficar, isto é, uma realidade em

expansão. Se no primeiro levantamento feito pelo ISER, detectou-se a existência de 1.208 dessas organizações, numa recente reportagem da revista *Veja*, esse número já teria subido para 5.000. (*Veja*, 1994:70). Ademais, longe de ser um episódio conjuntural, elas se tornaram recorrentes nas sociedades democráticas, especialmente de capitalismo avançado, onde, só na Europa, atingem a casa de 400.000, movimentando cerca de 10 bilhões de dólares por ano. Nos Estados Unidos, as estatísticas mostram a presença de nada menos do que 785.000, administrando um orçamento estimado em 20 bilhões de dólares por ano. (*Veja*, 1994:74).

O presente trabalho tem a finalidade muito específica de traçar o recente quadro das Ongs na Grande Vitória, ES, observando-se a hipótese de que esses pequenos organismos, originários de certa concepção de "educação popular" vigente entre meados das décadas de 70 e 80, mudaram sensivelmente de perfil a partir da consolidação da democracia política, a partir da promulgação da nova Constituição de 1988. Com base nessa hipótese foi realizado um levantamento de tipo qualitativo, observando-se seus temas de atuação, em torno do "movimento popular", dos segmentos socialmente e sexualmente discriminados (negros, mulheres e crianças/adolescentes), e do ambientalismo. Ao inserí-las num quadro mais amplo de manifestações congêneres em âmbito nacional, logrou-se detectar as tendências deste tipo de participação num futuro próximo.

A pesquisa foi, pois, realizada em dois níveis: a) teórico, mediante levantamento, leitura e sistematização de títulos bibliográficos recentemente produzidos em torno do tema. Para tanto foram feitas visitas a algumas das maiores Ongs brasileiras situadas no Rio de Janeiro, como o ISER e o IBASE, bem como a institutos acadêmicos de pesquisa, como o

IPPUR e a ANPOCS¹; b) empírico, mediante contato direto com dirigentes de Ongs e de movimentos sociais locais, momento em que foram realizadas 16 entrevistas, de cerca de noventa minutos cada, e coletados aproximadamente 20 documentos primários.²

Assim, o presente texto está estruturado em dois momentos. Primeiramente será traçado o *ethos* "movimentalista" das Ongs locais, inserindo-as sempre que possível em redes territoriais ou temáticas de maior abrangência, pelas quais se irradiou durante muito tempo um senso de recusa à institucionalidade política. Em seguida, serão situadas as "condutas de transição", pelas quais se foi mostrando um perfil de estilo mais interativo e integrativo, manifestado por iniciativas "conselhistas" voltadas à democratização do sistema de decisões, por experiências educativo-preventivas e por proposições de políticas públicas. Finalmente, explicitam-se algumas das perspectivas dessas organizações no âmbito de novos requisitos conjunturais, tanto no que se refere à consolidação da democracia política, quanto no que concerne à redefinição da política de ajuda externa.

1. A recusa da institucionalidade política

É curioso o momento de aparecimento das primeiras Ongs no Brasil. Tão pequenas, tão frágeis e auto-reconhecidas como contrárias a qualquer forma de autoritarismo, elas surgem logo nos primeiros anos da década de 70, período mais recrudescido da ditadura militar e de atrofia do associativismo civil e político. Não por acaso, apresentam-se radicalmente

¹ Após a Caracterização dos Entrevistados, encontra-se um Glossário de siglas à página, 45.

² Rubens de Souza, aluno do curso de Ciências Sociais da UFES, participou dessa fase de coleta de dados, acompanhando parte das entrevistas, recolhendo documentos pertinentes e elaborando pequenos registros de pesquisa de campo.

contrárias a todos os "ismos" da cultura política: o autoritarismo, o elitismo, o paternalismo, o clientelismo, o patrimonialismo, o dirigismo e assim por diante. No contraponto, desenha-se o desejo de construção do "povo como sujeito da sua própria história", numa postura de negatividade à institucionalidade política, representada pela radicalização de palavras de ordem como "abaixo à cooptação das lideranças" e à "manipulação do povo".

A tradução desses valores em ações concretas deu-se através da chamada educação popular que, herdeira dos ensinamentos de Paulo Freire, passou a ser operacionalizada pela desvinculação da estratégia organizativo/conscietizadora do seu sentido propriamente alfabetizador. Para se chegar à proliferação de experiências de educação popular dentro deste novo conceito, vários fatores devem ser considerados, desde as mudanças substantivas que estavam se operando na sociedade e no Estado, até o modo pelo qual determinadas instituições de porte, como a Igreja Católica, o ecumenismo secular e certos agrupamentos de esquerda, bem como alguns segmentos intelectuais, compareceram no cenário público diagnosticando e reelaborando tais mudanças no âmbito dos seus interesses.

A esquerda mais radical fora banida e, no exílio, encontra tanto a sistematização crítica do pensamento marxista contra qualquer tipo de totalitarismo, pela qual resgatam-se alguns valores liberais humanistas como o respeito à diversidade cultural, às diferenças civis e ao pluralismo político, quanto a disposição de algumas tantas organizações civis "de ajuda", ou de colaboração internacional, a desencadear políticas de respeito aos direitos humanos e novas estratégias desenvolvimentistas. Dentre tais organizações, estavam prioritariamente aquelas vinculadas às

igrejas, especialmente a católica e diversas denominações confessionais do protestantismo histórico, ligadas ao Conselho Mundial de Igrejas.³

1.1. Em torno do "Movimento Popular"

Em Vitória, pode-se dizer que a FASE constituiu-se num exemplo paradigmático de Ongs criadas sob influência desses fatores neste período. Originariamente fundada em 1961 ainda como parte da estrutura funcional da Igreja, essa organização funcionou entre os anos 1965/1968 como agência intermediadora de projetos voltados à formação de equipes para assessoria e acompanhamento de serviços da Igreja. Depois de passar pela etapa do "desenvolvimento comunitário", na trilha da filosofia da Aliança para o Progresso (1968/1972), incorpora integralmente os pressupostos da "educação popular" e, em ritmo de crescente autonomização em relação à Igreja, dá origem a um amplo "Programa de Recursos Pedagógicos", pelo qual se formaram muitas das lideranças do conhecido Movimento de Oposição Sindical.

Em estreita proximidade com a Pastoral Operária, então emergente no final da década de 70, a FASE dá origem e incrementa diversos movimentos de oposição à estrutura sindical junto a diversos segmentos dos trabalhadores urbanos da Grande Vitória e aos trabalhadores rurais no interior do Estado. Composta por um escritório nacional situado no Rio de Janeiro e 13 escritórios locais – seis na Regional Norte, três na Regional Nordeste e quatro na Regional Sudeste/Sul – a FASE é considerada a maior ONG brasileira, senão da América Latina. O escritório de Vitória foi fundado no

³ A Igreja Católica, no início dos anos 70 estava a pleno vapor na implementação de importantes conclusões do Concílio Vaticano II, realizado dez anos antes, no sentido da reciclagem de posturas diante dos desafios do mundo moderno e do ilimitado avanço da racionalidade do Estado.

ano de 1974, tendo desenvolvido, até 1980 alguns programas envolvendo trabalhadores rurais e diversos outros de pré-qualificação profissional entre trabalhadores da construção civil, ferroviários e metalúrgicos. Após a conquista de diversos sindicatos tais movimentos diluíram-se, não sem antes participarem ativamente do processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A partir de então, a FASE passa a atuar mais intensamente em projetos de organização de bairros, em torno da questão urbana.⁴ Nessa linha, exerce influência marcante na construção da Federação de Associações de Moradores de Cariacica e, posteriormente, da FAMOPES – Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo.

Seja no espaço operário-sindical, seja em âmbito "popular", Ongs como a FASE proliferaram-se amplamente pelo Brasil afora. Leilah Landim (1988: 26) ficou impressionada quando, "em dois meses de levantamento (julho/agosto de 86), tomando por base as referências fornecidas por 12 entidades de partes diversas do Brasil e com âmbito nacional de atuação, chegou-se a organizar um fichário de 1.041 organismos." A maioria delas, ou 60%, formou-se ao longo da primeira metade dos anos 80, contra 22% nos anos 70 (Fernandes & Carneiro, 1991).⁵

Segundo Landim, "assessoria", "organização popular" e "educação popular" formaram o tripé básico da atuação das Ongs neste período. E, na Grande

⁴ Para uma retrospectiva histórica da FASE, ver Minayo & Valla, 1982; sobre o Programa Recursos Pedagógicos, FASE, 1979; sobre sua atuação junto aos movimentos urbanos, FASE, 1981; FASE-SP, 1984.

⁵ Esses dados provêm de pesquisa realizada durante o I Encontro Internacional de ONGs e Agências do Sistema ONU, realizado no Rio de Janeiro em 6-9 de agosto de 1991. Além de dezenas de entidades de outros continentes, dirigentes de 132 ONGs brasileiras estiveram presentes. Nesse encontro decidiu-se criar a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), fundada no dia 10 do mesmo mês mediante plenária composta por 125 entidades.

Vitória, pelo menos três Ongs colocam-se inteiramente dentro dessa perspectiva: o CECOPES, o INAP e o Gabriel Maire.

O CECOPES foi fundado há dez anos. Sua formação começou a ser gestada em 1982 e formalizou-se em 1984 agregando "agente populares" e lideranças locais formadas a partir da organização popular levada a cabo pelas pastorais da Igreja Católica, especialmente a Pastoral de Periferia. Surge com o deliberado objetivo de "formar e capacitar lideranças para a luta", no sentido de se definir com clareza o "projeto político do Movimento Popular".

Até o início da década de 80, a Arquidiocese de Vitória havia sido pródiga em estimular e abrigar os movimentos populares. Nas assembleias arquidiocesanas, das quais participavam representantes de todas as áreas e setores da Igreja – aproximadamente 250 pessoas –, avaliava-se a trajetória da luta e traçavam-se as prioridades para os anos subseqüentes, a partir das quais eram montados encontros sobre consciência política dos cristãos, treinamentos de lideranças da periferia, etc. No entanto, com a abertura política, a explicitação das várias tendências políticas atuantes neste campo e, posteriormente, a morte do bispo progressista Dom João Batista, a Igreja decide "separar o sagrado do secular" e muda sensivelmente sua conduta em relação aos movimentos populares.

Por outro lado, enquanto crescia no plano nacional a proposta de se criar uma Central de Movimentos Populares, os grupos locais vislumbravam, mediante a criação do CECOPES, a possibilidade tanto de continuarem seu trabalho a despeito do recuo progressista da Igreja, quanto de encaminharem a proposta da própria Central. É precisamente nessa perspectiva que tal centro é criado. O nome é ilustrativo: "Centro de Comunicação e Educação Popular Dom João Batista". Possui uma assembleia de sócios, um conselho consultivo e uma coordenação

executiva formada por discreta equipe de "educadores populares" e "pessoal de apoio", sempre escolhidos por terem "certo acúmulo de trabalho com o movimento popular". Sua sustentação financeira dá-se, fundamentalmente, através de projetos de formação de lideranças e de intervenção social, aprovados por agências de colaboração internacional de extração religiosa.

Nessa mesma linha, porém de menor porte, encontra-se o INAP – Instituto de Ação Popular. Trata-se de uma típica pequena ONG que apareceu no início da década de 80 e, após desenvolver alguns projetos em torno do tema da educação popular, refluíu no início dos anos 90 até sua completa desativação. Inspirada no método Paulo Freire e respaldada pela Igreja Luterana, implementou inicialmente um projeto de alfabetização de adultos nos municípios de Santa Maria de Jetibá e de Santa Leopoldina, mediante convênio com as prefeituras locais. Posteriormente, respaldado pela Diocese de São Mateus e pelo MEPES – rede de Ongs ligada aos jesuítas que desenvolve programas de educação-família no mundo rural do ES –, vinculou-se a experiências educativas no interior do estado. A partir de 1985, o INAP passou a atuar em Vitória e em Vila Velha mediante montagem de cursos de reciclagem em consonância com as pastorais das igrejas.

Uma das características da maioria das Ongs é desenvolverem-se no entorno de circunscrições eclesiásticas, como dioceses, prelazias, arquidioceses, etc, ou então na trilha do seu trabalho progressista. É o caso, também, da Associação Movimento Padre Gabriel Maire, criada no início de 1990 para dar continuidade ao trabalho de organização popular desenvolvido em Porto de Sant'ana, bairro do município de Cariacica, pelo padre francês Gabriel Maire, que foi assassinado em dezembro de 1989 em função de perseguições políticas. Além do contínuo estímulo que dava aos

moradores em geral para lutarem pela melhoria de suas condições de vida, esse padre desenvolvia um trabalho particularmente voltado à organização das mulheres em torno da questão do planejamento familiar, bem como investia muito num projeto de criação de um centro de formação de quadros para o movimento popular.

Ao longo de seus nove anos de atuação nesta localidade, padre Gabriel construiu e alimentou laços de ajuda mútua com aproximadamente três mil franceses através de um boletim, que ele mesmo elaborava, chamado "Ecos de Vitória". Logo após sua morte, um grupo de amigos deu seqüência a tais laços de sorte à criação, na França, da Associação dos Amigos do Gabi e, aqui, da Associação Movimento Padre Gabriel Maire. Os resultados da formalização dessas relações de cooperação são visíveis: criou-se, em Porto de Sant'ana, o "Centro de Formação Dom Luiz Fernandes", cujo prédio encontra-se em fase de acabamento, e o movimento de mulheres ganhou personalidade jurídica enquanto AMUCABULI (Associação de Mulheres de Cariacica em Busca da Libertação).

Além da ajuda financeira aos projetos, a contraparte francesa oferece, a militantes, a possibilidade de estágios na França para o aprendizado da língua, visando facilitar as relações de intercâmbio e, sobretudo, capacitar lideranças da própria localidade para assumir a direção da Associação. Desde a sua fundação, tem sido presidida por pessoas muito ligadas ao trabalho do padre Gabriel e que se reconhecem como "educadores populares".

Aliás, tornou-se quase uma nova profissão esta de "educador popular" ou "educador social", no âmbito dessas Ongs. Gente da mais variada procedência profissional, de repente, ganha tal identidade e através dela se autoreconhece. Não é para menos. A quantidade de documentos produzidos no interior dessas pequenas organizações sobre o tema da

"educação popular" nos últimos vinte anos é monumental. Numa amostra representada pela documentação existente no CPV sobre esse tema, contou-se 519 títulos entre livros (94), textos avulsos (66), cadernos (138) e artigos de periódicos (221). É que a noção de educação popular passa a ser predominantemente implementada segundo técnicas voltadas à organização e mobilização de grupos reivindicantes, numa visível secundarização do seu sentido imediatamente anterior, que era o de escolarização de adultos (alfabetização, primeiras contas, ensino supletivo, etc.) (Doimo, 1993: 84-5).

No Brasil, essas novas práticas educativas foram altamente potencializadas pela criação das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – e da Teologia da Libertação que, além de exercer ascendência sobre toda a esquerda cristã e conquistar posições estratégicas dentro da institucionalidade da Igreja, exerceram forte poder persuasivo-catalizador sobre diversos grupos de leigos, agnósticos e, inclusive, segmentos da intelectualidade acadêmica.⁶

1.2. Segmentos socialmente discriminados: crianças carentes, mulheres e negros

É fácil perceber tais conexões ativas, especialmente junto ao trabalho educativo desenvolvido junto a crianças e adolescentes de rua, antes chamados "menores abandonados". Neste caso, constituem-se diversas redes de Ongs que costumam passar por dentro da institucionalidade das igrejas ou de ordens religiosas, não sem apelos públicos de tipo "político-conscientizador", no sentido da construção de uma sociedade participativa

⁶ Outras três pequenas ONGs tiveram atuação na Grande Vitória em torno desses aspectos, mas não foram abordadas para efeito dessa pesquisa: AVANÇAR, SEP E CENEC, atualmente um tanto desativadas.

contra os gigantescos aparatos de Estado, que possuem baixa capacidade de implementação de políticas públicas.

Esses são alguns dos parâmetros para o surgimento, em Vitória, de diversas Ongs voltadas à questão dos meninos e meninas de rua. Uma pesquisa realizada sob a coordenação da Prof^a Maria Ângela Cabral (1994) indica a existência de 151 iniciativas não-governamentais de trabalho com a população infanto-juvenil carente da Grande Vitória, sob a forma de instituições, projetos e programas. A maioria, porém, enquadra-se nos moldes tradicionais de atendimento, mediante ações assistencialistas e filantrópicas como doações, atividades de alimentação, projetos pedagógicos e de lazer, bem como os internatos e semi-internatos, que desenvolvem um atendimento de tipo mais integral.

As organizações não-governamentais mais recentes destoam, como já vimos, deste perfil puramente assistencialista e distanciam-se dos modelos tradicionais de atendimento ao "menor abandonado". Na linha da "educação popular", colocam-se como essencialmente "político-transformadoras" e, neste sentido, a criança é sempre tomada, não mais como objeto da ação e sim como sujeito, isto é, como protagonista das práticas que a ela dizem respeito, desde as mais imediatas até aquelas que se projetam utopicamente para o futuro, no sentido da construção de uma nova sociedade. Assim, as idéias de direito e de participação passam a ocupar o lugar central, sobrepondo-se às velhas idéias relativas ao mero assistencialismo filantrópico. Por outro lado, refuta-se a definição de "abandono" e da pobreza como algo marginal ou como uma situação de irregularidade social, tal como prescrevia o extinto Código de Menores. Questiona-se, também, a costumeira redução do problema ao seu aspecto médico-patológico e as (in)conseqüentes políticas de confinamento regenerativo. (Arantes, 1993:18)

Como parte dessas novas condutas, um novo conceito sobre o menor passa a orientar as ações. Em vez daquela velha idéia de que o "menor abandonado" é uma vítima que precisa de ajuda filantrópica ou de penatrapia/tratamento, procura-se resgatar a dignidade de *crianças e adolescentes* ou de *meninos e meninas de rua*. São novos signos em busca de novas significações. São novas representações sócio-culturais que se colocaram no cenário político, reivindicando novas categorias jurídicas.

Para além de compor um novo discurso, essa postura é traduzida em projetos de educação alternativa, em centros de defesa, em programas de capacitação de pessoal e na organização independente das próprias crianças de rua. Ao lado, pois, de entidades e organizações já tradicionais como a APAE, Federação Espírita, etc., surgem outras tantas como a Fundação Fé & Alegria, a Visão Mundial, o CDCA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) e o próprio MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), com destaque para a Pastoral do Menor que, para além das atividades próprias e específicas que executa, exerce um papel articulador e coordenador deste campo de organizações.

A Pastoral do Menor tem suas raízes num movimento de leigos formado em Belém do Pará por volta de 1974 em cima da reelaboração da questão do "menor abandonado" e a partir de certa *práxis libertadora*. Como parte do impulso renovador da Igreja Católica e da força da Teologia da Libertação junto ao processo de criação das CEBs, esse movimento espraia-se pelo Brasil e, em 1978, formaliza-se enquanto linha pastoral da CNBB, dando origem à organização de meninos e meninas de rua e a vários projetos e programas considerados "alternativos". No Espírito Santo esse trabalho é incrementado a partir de 1982, também por lideranças formadas no processo de criação das Comunidades Eclesiais de Base e, até meados

desta década, desenvolvia um trabalho fundamentalmente centrado na rua, visando organizar este segmento socialmente excluído.

Como parte desse esforço, nasceu o MNMMR que tem por objetivo garantir a possibilidade organizativa deste segmento, bem como permitir que as denúncias de atos de violência sejam feitas pelos próprios envolvidos, recompondo para os mesmos, um sentido de dignidade humana. Um sentido que resgata, ainda que precariamente, mínimos laços de uma sociabilidade integrativa pela percepção crítica da própria condição de exclusão: por que perdem-se os laços com a família; por que os aliados provêm de grupos que são verdadeiras escolas do crime; por que perde-se a noção do tempo e de qualquer disciplina cotidiana; quais são, afinal, os "nossos direitos"? São perguntas, são debates, são encontros que, enfim, compõem um sentido de participação rumo à conquista da cidadania.

Um dos suportes deste trabalho é dado pela Fundação Fé & Alegria, uma organização não-governamental fundada em Vitória em 1989, que funciona como órgão anexo ao Centro de Formação Martin Lutero. Embora pequena, ela integra uma ampla rede de outras tantas que, com o mesmo nome, pulverizam-se em escala nacional e latino-americana: no Brasil estão em oito estados da federação (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo) e na América Latina, em treze países. Recebe apoio material e financeiro de diversas igrejas, especialmente do mundo ecumênico, porém nasceu e floresceu através da Ordem Jesuítica. Foi concebida ainda em 1950 pelo padre Velasquez dentro do tradicional objetivo educativo dessa ordem e, no início da década de 80, foi reelaborada no Brasil à luz da Teologia da Libertação e dos pressupostos da chamada educação popular, passando a se renomear como Fundação Fé & Alegria: Movimento de Educação Popular

Integral.⁷ Enquanto tal, ainda que sempre conte com padres jesuítas em sua coordenação geral, é composta por equipes técnicas formadas por leigos auto-identificados como "agentes populares", "educadores populares" ou, ainda, mais recentemente como "educadores sociais".

Nos mesmos moldes do espírito multicentrado das redes de Ongs, cada "regional" da Fundação Fé & Alegria adequa-se às exigências do contexto onde se instala. Assim, se em muitos países, esta fundação ocupa-se preferencialmente com a educação formal, na qualidade de gestora de projetos firmados através de convênios com o poder público, no Brasil, o trabalho vem-se realizando, de um modo geral, mediante incentivo a processos participativos de populações carentes, estimulando-se a capacidade organizativa e reivindicativa em torno dos direitos humanos em geral e dos direitos de cidadania social em particular. Dentro dessa linha, prioriza-se, no Espírito Santo, o atendimento direto aos meninos e meninas de rua através de assessoria a programas preventivos, capacitação de educadores de rua e, mais recentemente, intervenção nas políticas públicas para este setor.

Como respaldo jurídico de todo este trabalho, foi criado em 1991 o CDCA, como resposta aos atos de violência cometidos contra o "menor", especialmente aqueles que partem dos grupos de extermínio. Existentes, já, em outros estados da federação, tais centros articulam-se nacionalmente entre si e já contam com o apoio da UNICEF para a criação de uma rede informatizada de comunicação, capaz de possibilitar a imediata veiculação de informações, tanto em nível nacional quanto internacional.

⁷ Os jesuítas, depois terem feito, a partir de 1968, um "exame coletivo de consciência" à luz do Concílio Vaticano II, das palavras do Papa em sua encíclica *Populorum Progressio*, e dos princípios da Teologia da Libertação, decidiram abraçar o tema da educação popular e deram origem a diversas redes de ONGs dedicadas a programas de educação popular.

Se junto aos "menores" há, na Grande Vitória, diversas Ongs atuando intensamente, não se pode dizer o mesmo para as mulheres e para os negros.

No que se refere ao "movimento negro" há múltiplos grupos, porém pouco se assemelham ao padrão *onguista*. Até mesmo a Pastoral do Negro teve um alcance bastante limitado, na medida em que a Igreja sempre priorizou as carências e os problemas afetos à sobrevivência imediata e à estabilidade da família, orientando suas bases a organizar-se em torno de questões relativas à periferia urbana (transporte coletivo, habitação, etc) e à saúde da população, secundarizando as questões relativas às chamadas "minorias étnicas ou raciais". De fato, a pastoral do negro teve pernas curtas na Grande Vitória. Produziu inicialmente alguns militantes dentro do que se intitulava "Movimento Negro Unificado", que tão logo dispersaram-se pelas várias dissidências do CECUM, um centro que desde a sua fundação, em 1983, manteve-se sob o comando de um mesmo presidente. Gangazumba, Afrodisíaco, Grupo de Mulheres Negras, eis algumas outras denominações constitutivas deste universo altamente fragmentado que é o "movimento negro" na Grande Vitória. Unem-se em alguns momentos-chave, como o ocorrido em 1988 com a mobilização em torno dos 100 anos da Lei Áurea, mas tão logo dispersam-se, retornando aos seus projetos específicos em nome de entendimentos diferenciados de como "encaminhar a luta". Consta que a cada "racha", surge outra em seguida e, para além de divergências ideológicas substantivas em relação à discriminação racial, as "brigas" costumam ser debitadas na alta conta do personalismo que permeia as relações intra e extra grupos. O grupo que mais se aproxima de uma ONG é o CECUM, posto que elabora diversos projetos em busca de respaldo financeiro aqui e acolá. No entanto, juntamente com os demais grupos, coloca-se como mais uma "entidade do movimento negro".

Também no que refere às mulheres, há, na Grande Vitória, diversos grupos organizados, mas não há nenhuma ONG especificamente constituída em torno dessa questão. Quanto às mulheres de classe média, há alguns pequenos centros formados prioritariamente em torno de questões feministas propriamente ditas, isto é, questões estratégicas das mulheres como sexualidade e direitos reprodutivos. São centros que se mantêm mediante cotizações das próprias interessadas e, em geral, são formados por mulheres profissionalizadas que, através de sua habilitação específica, conseguem "tocar" o trabalho independente da ajuda de instituições maiores. Entre eles estão o Centro de Integração da Mulher (CIM), o Núcleo de Mulheres Capixabas, as Mulheres Autônomas Organizadas (MAO) e as Mulheres de Carreira Jurídica. Por outro lado, junto aos segmentos de baixa renda, foram formados os assim chamados "Grupos de Mulheres" ou "Mulheres de Periferia", em toda a Grande Vitória, priorizando-se as questões práticas e imediatas da mulher, como creches, saúde, saneamento básico e assim por diante. Tais grupos receberam fortes estímulos das pastorais da Igreja Católica, especialmente a Pastoral da Saúde.⁸

Aliás, é importante lembrar que as próprias pastorais da Igreja ganharam o mesmo perfil das Ongs a partir das reformas modernizantes da Igreja no pós-Concílio Vaticano II quanto então ela incentiva a "autonomização" de seus órgãos anexos, mantendo-os sob a forma de projetos ou programas financiados pelas contrapartes européias como a MISEREOR, a ADVENIAT, a EZE, a Pão para o Mundo, a Christian Aid, e outras. Os efeitos dessas disposições começaram a ser sentidos logo nos anos 1972 e 1973, quando diversas pequenas organizações, até então identificadas com

⁸ Ver páginas 44-48 do estudo de Da Pas (1990) sobre o Grupo de Mulheres 1º de Maio de Santa Rita. Sobre como mulheres em movimento tratam suas necessidades práticas e estratégicas, ver Citeli, 1994.

o espírito assistencialista dos programas da Aliança para o Progresso, passam a abandonar essa estratégia e a incorporar o princípio de que só a participação direta e integral do povo seria capaz de conduzir o país ao desenvolvimento. Coerente com esse projeto modernizante, a Igreja altera profundamente sua concepção de leigo, atribuindo-lhe um papel muito mais ativo e destacado na realização de "serviços" pastorais e até mesmo de "ministérios laicais". Precisamente a partir do *Plano de Emergência*, elaborado em 1961 pela CNBB, os apostolados tradicionais, inclusive a antiga Ação Católica, entram em decadência, abrindo espaço para o vertiginoso crescimento da chamada "Igreja Popular".

1.3. Campo Ambientalista

O campo ambientalista é o mais secularizado e o que menos foi tocado diretamente pelo espírito da "educação popular", ainda que tenha passado por um longo período de rejeição à interação com a institucionalidade, especialmente durante a época de instalação dos grandes projetos industriais no ES, como a Aracruz Celulose e Florestal e o Polo Siderúrgico, sob a vigência do regime militar. O momento era propício à postura anti-Estado e ao brado anti-indústria; e a ACAPEMA, primeira organização não-governamental criada no Espírito Santo em torno da questão ecológica, refletiu com muita propriedade esse perfil político-ideológico. A necessidade de autonomia e independência; a recusa de políticas industrializantes vindas de "cima para baixo"; o desejo de banir condutas estatais arbitrárias no trato dos impactos ambientais; o cuidado para não se deixar manipular e cooptar: tudo isso compôs o *ethos* intransigente de uma entidade que sempre pautou-se por manter distanciamento crítico em relação ao Estado, mesmo com o fim do período autoritário e a instauração da democracia política.

Na trilha aberta pela ACAPEMA, que foi criada em 1979, outros grupos ambientalistas formam-se ao longo dos anos 80 e, por época da realização da chamada Eco-92, houve enorme proliferação desses pequenos organismos. Listagem fornecida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente acusa a existência de 96 "entidades ambientalistas e outras Ongs do Espírito Santo", das quais 34 são sediadas na Grande Vitória. Dentre elas, destacam-se, além da ACAPEMA, as seguintes: o CONSÓRCIO e a APTA, sediadas em Vitória; a ADIVEPA, em Vila Velha; a ACODI, em Colatina e a AABRI, em Cachoeiro do Itapemirim. O destaque é dado em razão de catalizarem o debate em torno das grandes questões político-ideológicas relativas à questão ambientalista e de encaminharem tentativas de articulação dos grupos locais, a despeito de serem elas próprias um tanto refratárias a perspectivas deste tipo, dada a natureza atomizada e pulverizada das Ongs.

Tratarei deste debate no próximo item. Por ora, basta registrar que a grande mostra do *ethos* de negação à institucionalidade deste campo aconteceu precisamente com a formação do Fórum Global, uma ampla articulação de mais de 9.000 Ongs do Brasil e do mundo que, paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, discutiram e aprovaram documentos alternativos às decisões oficiais. Como desdobramento local, chegou-se a formar, no Espírito Santo, um fórum das entidades ambientalistas. Porém, tão logo passada a euforia da Rio-92, houve um sensível desaquecimento dessa articulação e um visível esvaziamento de muitos grupos então formados no encalço do "clima global".

2. Seletividade Positiva em Relação à Institucionalidade: Construindo Parcerias.

De pequenos organismos de assessoria que eram, em geral financiados por associações privadas confessionais do Primeiro Mundo, hoje as Ongs passam cada vez mais a ser concebidas como veículos confiáveis do chamado desenvolvimento sustentável e a receber apoio de instituições oficiais, multilaterais e até mesmo o Banco Mundial. Além disso, cresce também sua legitimidade como entidades de elaboração e de avaliação de políticas públicas. Só para dar um exemplo, em recente *folder* anunciando seu Programa Interdisciplinar de Bolsas para Formação Profissional, a Fundação Ford, em parceria com o CEBRAP, estabeleceu como um dos requisitos dos candidatos, a apresentação de documento crítico-avaliativo sobre experiência de trabalho em Organizações Não-Governamentais, além de carta-compromisso prevendo retorno à organização de origem após a conclusão do Programa.

Até mesmo as agências de extração confessional começaram a exercer crescente pressão para que se redefinam aquelas posturas "político-transformadoras" mais radicais, polarizadas em condutas anti-Estado, e se encaminhem passos mais "concretos e viáveis", com "coerência dos objetivos", "fortalecimento do poder de barganha" e "eficiência em termos de custos e benefícios". (MISEREOR, 1992).⁹ O posicionamento desta agência representa um argumento corrente, hoje, no âmbito das entidades de cooperação internacional: já investiu-se bastante na mobilização, na conscientização e na organização popular; já restabeleceu-se e consolidou-se a democracia política; agora, é necessário desenvolver propostas construtivas em detrimento de modelos vagos e utopias simplistas.

⁹ A MISEREOR é uma organização da Igreja Católica da Alemanha que, em 1992, tinha 250 parceiros relativamente fixos no Brasil.

Não é nada fácil, entretanto, para a geração de militantes formada na trilha da "educação popular", adaptar-se aos novos rumos dessa nova conjuntura. A FASE de Vitória, por exemplo, depois de ter até mesmo integrado a Plenária Estadual Pró-Constituinte e nela atuado intensamente em torno do projeto da Reforma Urbana, entrou num período de sucessivas crises internas, culminando com a demissão da maioria da equipe técnica e a desativação de seus programas e projetos. À primeira vista, esta crise é debitada às divergências internas quanto às novas linhas de trabalho e quanto à nova estruturação da entidade. Segundo uma das técnicas demitidas, a crise instaurou-se quando veio uma proposta da FASE Nacional, que tirou "a equipe da rota do trabalho de base", isto é, que desativava o trabalho de assessoria direta junto aos movimentos populares e propunha programas de capacitação técnica e profissional para uma atuação mais qualificada junto à sociedade civil. Ademais, em vez de uma coordenação nacional até então composta pelos coordenadores regionais, definir-se-iam frentes de trabalho — assalariados rurais, sindicalismo, reforma urbana, etc.— de onde sairiam os representantes para compor uma nova coordenação nacional, a ser subsidiada por um *conselho da sociedade civil*, constituído por especialistas naqueles assuntos.

Entretanto, o que está por trás dessa proposta de redesenho institucional, é a adequação da "entidade" às novas exigências conjunturais: construir uma face pública; desenvolver programas de capacitação com a finalidade de se influir nas políticas públicas; conviver com o pluralismo no terreno das idéias, projetos e concepções; afastar quaisquer parâmetros dogmáticos; inaugurar um debate em torno dos sujeitos sociais em sua diversidade; rever, enfim, o paradigma relativo ao trabalho educativo popular de modo a que se prestem menos serviços de assessoria e se produzam mais

conhecimentos qualificados. Em suma, o recado era este: ou os "educadores populares" mudam de perfil, ou rua.

Trata-se, sem dúvida, de uma conjuntura de impacto e de um recado excludente. Para quem vinha, há anos, privilegiando condutas organizativas "de costas para o Estado e longe do parlamento", o caminho não poderia ter sido outro: aguardar pela implacável demissão. E ela veio. Paradoxalmente, tais profissionais estão, hoje, trabalhando ou em institutos especializados de pesquisa ou ocupando proeminentes cargos públicos desenvolvendo programas inovadores junto às políticas públicas. A FASE, por sua vez, está prestes a fechar suas portas no Espírito Santo.

O CECOPES por sua vez, também encontra dificuldades para adaptar-se a este novo momento, mesmo diante da sua extensa folha de serviços prestados: articulou os movimentos populares capixabas juntamente com outras co-irmãs, dando origem a diversas federações municipais e à FAMOPES; integrou a Plenária Pró-Participação Popular na Constituinte em defesa das emendas populares e dos direitos sociais; foi parte ativa do fórum de entidades encarregadas de assessorar e subsidiar a elaboração das Leis Orgânicas do Estado e dos municípios capixabas. Ocorre que, tendo na sociedade civil seu *locus* privilegiado de intervenção, o CECOPES nunca definiu, com clareza, seu papel diante da institucionalidade política, especialmente os órgãos e aparatos do Estado. Como uma espécie de símbolo da "luta autônoma e independente", construída "de baixo para cima" a partir das "decisões da base", esta ONG fala com reservas da "luta institucional".

Sou relutante à atuação a nível do Estado porque ela é uma faca de dois gumes. O movimento ganha e perde ao mesmo tempo: ganha porque tem que ter mais preparo e capacitação, mas perde porque fica altamente vulnerável à cooptação. Sou defensora árdua da autonomia. A atuação a nível de Estado torna as coisas

misturadas, pois as lideranças são absorvidas e o movimento se descaracteriza. Ademais, os aparatos do Estado não são instrumentos da nossa luta.. (entr.03).

Essa dificuldade de interação com o Estado ganhou maior nitidez a partir de 1989, momento em que partidos políticos e candidatos identificados com a luta popular, foram vitoriosos nos pleitos municipais de 1988 e passaram a requisitar a participação de lideranças dos movimentos sociais na gestão municipal. E, neste embalo, membros do CECOPES passaram a ser chamados para assessorar algumas iniciativas de governo. Em Vitória, então sob o governo do petista Vitor Buaiz, foram dados cursos de reforma urbana, em parceria com a Secretaria de Ação Social, foi dada assessoria à criação do Sindicato dos Catadores de Lixo junto à recém-criada Usina de Lixo, bem como à formação de Conselho Municipal para questões orçamentárias, etc. Em Cariacica, então governada pelo peessedebista Vasco Alves — ex-advogado da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória — o CECOPES foi chamado para encaminhar um processo de eleições diretas para diretores das escolas da rede municipal de ensino. Junto à SEJUC — Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania — houve um contato inicial visando-se à criação de uma Universidade Popular.

Foram aproximadamente dois anos de tentativas de interação positiva com os aparatos político-administrativos, mas a experiência não tomou corpo e as relações não se institucionalizaram. Em parte porque os próprios governos em questão, longe de darem um tratamento profissionalizado a tais relações de trabalho, remunerando os serviços prestados, entendia-os como parte da tarefa militante dos integrantes do CECOPES.¹⁰ De outro lado porque não houve nenhum empenho por parte do próprio CECOPES

¹⁰ De parte da Prefeitura de Vitória, nunca correu um tostão e, no que se refere à experiência de Cariacica, até que houve a formalização de um contrato de trabalho, mas o pagamento foi tão demorado que os resultados financeiros foram deficitários.

no sentido de formalizar tais compromissos de trabalho. Ao contrário, o sentimento era de que, "aquilo-lá" constituía um requisito contingencial "da luta", e se era desejável que seus técnicos aceitassem esta ou aquela incumbência, não caberia ao Centro estabelecer nenhum compromisso formal com instâncias de governo.

Hoje, avalia-se a experiência desse período com base em argumentos do tipo: "havia burocracia demais e o CECOPES não se enquadra nesta lógica que emperra tudo"; "nós estávamos a fim de contribuir com a administração democrático-popular do PT, mas eles nunca se dispuseram a nos pagar pelos serviços e... assim não dá!", "no fundo, já não havia, mesmo, muito interesse da nossa parte e, quando descobrimos que havia muita diferença de método de trabalho, paramos. Não bateu."

A vocação do CECOPES não parece ser mesmo esta de interagir com os aparatos político-administrativos. Oriundo da tradição movimentalista dos anos pós-70, que concebe o Estado como o principal inimigo, e concebido para articular os movimentos populares rumo à viabilização da proposta de se criar uma Central de Movimentos Populares, este Centro tem tarefas mais urgentes.¹¹ Após incrementar o processo que deu base à escolha da delegação capixaba junto ao I Congresso Nacional de Movimentos Populares, que fundou a referida Central em outubro de 1993, esta ONG passou a ocupar-se com a tarefa de subsumir a FAMOPES na estrutura desta Central.¹² Depois disso, talvez cesse sua própria razão de existir.

¹¹ Ao longo do segundo semestre de 1983, o CECOPES implementou um curso de formação para lideranças de movimentos populares visando "uma maior capacitação e um maior amadurecimento das reflexões sobre os problemas enfrentados pela população". Apesar de remeter a necessidade de capacitação ao fato de se "ocupar espaços em administrações municipais e no Governo estadual..." o programa do curso limita-se aos seguintes temas: 1º) Debate sobre a criação da Central Nacional de Movimentos Populares; 2º) Reforma urbana; 3º) História do movimento popular no Brasil e no Espírito Santo e seu papel estratégico; 4º) Cidadania. (CECOPES, 1983).

¹² FAMOPES e CMP-ES constituem-se, atualmente, como duas estruturas independentes, porém um tanto sobrepostas, na medida em que contam com um certo número de

Organizações e movimentos centrados em certa "educação popular" que prescindem da escolarização, parecem estar, mesmo, fadados ao desaparecimento. Veja-se também o caso do INAP. Depois de montar diversos cursos de reciclagem para agentes pastorais, essa pequena ONG ajudou a organizar a Plenária Estadual Pró-Constituinte e, ao mesmo tempo, passou a dar apoio à criação de Federações de Associações de Moradores. Mais do que isso, foi sede da articulação do Conselho Comunitário de Vila Velha, responsável pela discussão do orçamento do município. No entanto entrou em "baixa" a partir de 1990, coincidindo com a eleição de seu principal dirigente para deputado estadual. Consta que atualmente esta ONG, "enquanto entidade do movimento popular, não consegue arrumar dinheiro nem mesmo para pagar o aluguel." (entr. 08).

Por outro lado, organismos voltados à causa do "menor abandonado", desde que empenhados em experiências educativo-preventivas vinculadas à ampliação dos direitos de cidadania e a políticas públicas para o setor, encontram receptividade e apoio substantivo. Nota-se, por exemplo, que o trabalho dos "educadores populares", antes centrado na rua, de acompanhamento e organização de meninos e meninas, hoje começa a passar por dentro de novos espaços institucionais de participação, como os Conselhos Estadual e Municipais da Criança e do Adolescente.¹³ Percebe-se também, um certo retorno a iniciativas assistencialistas, a exemplo de

lideranças comuns. Recentemente, a Coordenação Estadual da Central lançou um documento que advoga que a transformação da FAMOPES em Central Estadual de Movimentos Populares, significa evitar o paralelismo e proporcionar "a adaptação de uma estrutura à nova dinâmica do Movimento Popular". (CMP, s.d.) Para outros setores, que participaram ativamente na criação da FAMOPES, esses argumentos são um tanto cínicos e cheiram a oportunismo e a golpe.

¹³ Isto é parte de uma ampla articulação nacional rumo à conquista de novos dispositivos legais acerca do "menor", com o objetivo de substituir a legislação embasada no antigo Código de Menores de 1979 (Lei 6.697) e na Política Nacional de Bem-Estar do Menor, prescrita pela Lei 4.513. Um competente trabalho sobre a conquista dos novos direitos para crianças e adolescentes junto à Constituinte pode ser encontrado em Silva (1994).

recente projeto da Fundação Fé & Alegria, aprovado pela MISEREOR, objetivando a compra de um sítio no município de Marechal Floriano destinado ao trabalho de reorientação de "menores de rua". São, sem dúvida, projetos inscritos numa caminhada mais concreta e viável.

Este rumo da nova caminhada, pautado em projetos mais concretos e viáveis, não parece, no entanto, combinar muito bem com o aprendizado maniqueista da visão política da "Igreja Popular". De uma postura anti-Estado, para o convívio no mínimo amistoso com o mesmo, sobrevem uma espécie de ambigüidade ideológica, pela qual os militantes perdem-se ante questões do tipo: "somos movimento, ou somos Estado?"; "devemos nos imiscuir diante das manipulações do governo de plantão, ou permanecemos fiéis aos nossos princípios populares?".

Perguntas deste tipo também colocam-se a cada passo para integrantes da Pastoral do Menor, cujo trabalho sempre fora marcado por três aspectos fundamentais: formular e projetar novos conceitos e preceitos jurídicos acerca do "menor abandonado", contra as concepções do antigo Código; incentivar a organização dos meninos e meninas de rua promovendo a conscientização da sociedade civil em torno deste problema; e, sobretudo, refutar a concepção tutelar de poder cristalizada nos órgãos e aparatos do Estado. No entanto, a conquista e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a criação de conselhos paritários, compostos por representantes do governo e da sociedade civil nos níveis nacional, estadual e municipal, induziu a condutas de reciclagem institucional que requerem, necessariamente, uma postura de interação positiva para com a institucionalidade política.

Essa convivência com o espaço institucional tem sido, no entanto, marcado por muito desconforto e suspeição. Não bastassem a eterna exigüidade de recursos, a morosidade dos processos de tomada de decisões e as velhas

artimanhas políticas que caracterizam a esfera política no Brasil, os movimentos sociais e as organizações não-governamentais, especialmente aquelas que relacionam-se direta ou indiretamente com a Igreja Católica, comparecem diante deste espaço com princípios um tanto intransigentes, ainda que virtuosos.

Ser cidadão é estar de cabeça erguida diante do poder público. Significa dizer que não estamos lá para pedir favor ou mendigar nada. Estamos, isto sim, devolvendo ao poder público aquilo que é dever dele e direito da população. (entr. 01).

Implícito nesta colocação está o pressuposto de que "não cabe ao Estado coibir as experiências em curso, nem tampouco antecipar-se às proposições nascidas dessas experiências"; "cabe a ele acatar o que vem 'de baixo para cima', implementando aquilo que lhe é proposto." Ora, seria ingenuidade pensar que em ambos os lados não encontram-se atores portadores de diferentes interesses, vinculados a distintas visões de mundo. Além disso, seria um equívoco continuar a imaginar o Estado, como aquele ser genérico contra o qual se luta, porquanto há de se dialogar com estratégias muito concretas das equipes de governo. Por outro lado, nem "o movimento" é aquele sujeito unitário e coletivo que pode ter a política como seu espaço coextensivo, porquanto suas lideranças não são imunes às injunções ideológicas e partidárias que compõem o jogo de poder.

Para quem se recusa a admitir tais premissas da lógica política, as frustrações acabam sendo inevitáveis. E o processo de criação e de funcionamento dos Conselhos Municipais e Tutelares da Criança e do Adolescente na Grande Vitória mostra bem esse quadro de dificuldades.¹⁴

¹⁴ Sobre o perfil dos Conselhos Tutelares no Espírito Santo e a gestão das políticas destinadas à criança e ao adolescente, ver Serpa (1993 e 1994).

Em Vitória, por exemplo, tendo o petista Vitor Buaiz no comando da prefeitura, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente foi criado em clima de entusiasmo e "sem maiores dificuldades de convivência política". Consta, inclusive, que as relações então estabelecidas teriam sido de "total harmonia". (entr. 01). No entanto, após a posse do novo prefeito em 1992 — Paulo Hartung, do PSDB — as relações complicaram-se.

Eles chegaram impondo. Sequer conheciam o Estatuto e, em vez de se preocuparem com coisas substantivas, ficaram ocupando o tempo com as vírgulas e os detalhes do regulamento do Conselho, emperrando todo o processo. O Conselho só andou para trás com esse novo governo. Só agora, após dois anos, estamos conseguindo tocar alguma coisa. (entr. 01).

Este tipo de avaliação tem sido recorrente entre aqueles que vêem um certo "cansaço da sociedade civil organizada". Por vezes, diante das "manipulações do poder público", verbalizam o desejo de "retornar às entidades e às bases", abandonando a priorização dessa "história de conselhos". Contudo, a conjuntura da política internacional de ajuda requer "jogo de cintura", capacidade de negociação e resultados positivos e palpáveis. Nessa linha, a própria Pastoral do Menor, ao detectar os limites do trabalho centrado somente "na rua", avaliou que era hora de se partir também para uma conduta educativo-preventiva junto às comunidades e às famílias, passando a implementar projetos bastante onerosos, muitos deles dependentes de financiamentos governamentais.

Durante muito tempo não se queria nem conversa com instituições do Estado, muito menos com o IESBEM. Hoje procuramos estabelecer parcerias através de convênios e, embora sempre haja uma desconfiança no ar, estamos mais preparados para enfrentar esse tipo de coisa. (entr. 01).

Como parte dessa estratégia educativo-preventiva, implantou-se, por exemplo, um projeto no Vale Encantado — um bairro de Vila Velha — que visa dar atendimento a crianças desassistidas pela família. O trabalho conta com cinco funcionários constantes e trinta e dois voluntários, cada qual dando uma hora por dia. Desse esforço coletivo resulta que cerca de quarenta crianças carentes passam grande parte do dia tendo aulas de capacitação profissional, orientação escolar, atendimento médico e dentário, formação para a cidadania, etc. Além disso, pelo menos uma vez por mês essas crianças são levadas a encontrar-se com seus iguais, provenientes de experiências congêneres em outros bairros, para trocar experiências comuns e construir laços de sociabilidade. Consta que, atualmente, já existam mais de vinte e cinco espaços deste tipo em toda a Grande Vitória, atingindo uma população de cerca de 2.000 crianças.

Neste sentido, esforços têm sido feitos para a busca de maior interação positiva com o CBIA (Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência), um órgão governamental que financia e repassa recursos para projetos de capacitação de equipes que trabalham com esta população. Este tipo de parceria é importante, por exemplo, para a Pastoral do Menor que não conta com técnicos especializados, a não ser duas assistentes sociais, e "pessoas de boa vontade". Também a preocupação em formar e reciclar lideranças, tem levado ao estabelecimento de convênios visando à programação de cursos especializados, envolvendo a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal do Espírito Santo. Por outro lado, no que se refere especificamente aos meninos e meninas de rua, encontra-se em andamento um projeto emergencial, que conta com a participação das cinco prefeituras da Grande Vitória, objetivando à formação de educadores de rua, à criação de espaços de convivência e à construção de abrigos noturnos para essas crianças.

Esse estreitamento da interlocução com instituições públicas não se faz, evidentemente, sem a retaguarda organizativa das comunidades envolvidas. E para isso contam, sobremaneira, as experiências acumuladas, algumas delas colocando-se como projetos-piloto. Nessa linha atua, por exemplo, a Visão Mundial, uma ONG que objetiva "contribuir para a construção de uma sociedade mais justa" e atua, "dentro os pobres, junto aos mais pobres". De extração ecumênica, mantém-se à base de um consórcio de instituições confessionais de ajuda internacional e possui ramificações em 18 estados brasileiros e por outros países da América Latina. No Espírito Santo, existe desde 1982 com a finalidade de apoiar projetos de organização comunitária e, em muitos casos gerí-los diretamente, priorizando-se questões relativas à criança, à educação e à saúde. Neste sentido, apoia atualmente dez projetos no interior do Estado e executa, diretamente, uma experiência-piloto no Bairro Resistência, em Vitória, voltado à formação integral da criança. Turmas de crianças de 0 a 6 anos são acompanhadas até completarem 12 anos, em três fases distintas: "*sementinha*", pela qual socializam-se valores coletivistas e noções de higiene e saúde e desenvolve-se a coordenação motora; "*ser criança*", pela qual valoriza-se o lazer e o saber das respectivas famílias; *alfabetização* pela qual as crianças são escolarizadas. Ao mesmo tempo, são desenvolvidos sub-projetos voltados para as famílias e a comunidade circundante, pelos quais são introduzidos conhecimentos de medicina alternativa e valores de cidadania, direitos humanos e organização comunitária.

Longe de ser uma atuação meramente localizada e atomizada, o trabalho da Visão Mundial articula-se com a Pastoral do Menor, as Associações de Moradores, o MNMMR e, juntamente com suas co-irmãs, participa dos conselhos paritários da criança e do adolescente. A implantação destes,

aliás, não obstante apresente frustrações e por vezes suscite o sentimento de impotência diante da força da máquina estatal, tem funcionado como fator de aglutinação dos diversos grupos e iniciativas de trabalho. É exemplo disto o Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente — FORUM DCA —, criado em 03 de dezembro de 1993, com a finalidade de desenvolver ações conjuntas; oxigenar órgãos públicos destinados à causa do "menor"; reorientar o fluxo das subvenções sociais e auxílios repassados pelo governo do Estado às entidades que prestam serviços a este setor; sensibilizar os prefeitos para que reconheçam os conselhos tutelares e paguem seus respectivos conselheiros de acordo com a lei; e arregimentar a ajuda de técnicos especializados das instituições. Contando com irrestrito apoio do NECA/UFES, o Fórum DCA mantém estreito contato com profissionais da Universidade, que promovem eventos e cursos de extensão, viabilizam contatos com órgãos públicos e empresas privadas e ajudam a mobilizar as Ongs para as assembleias do Fórum.

Essa notável confluência conjuntural de propósitos, interesses e valores existente entre as organizações que se ocupam com a questão da criança e do adolescente, não se verifica junto aos demais setores aqui considerados: mulheres, negros e ambientalismo. Afora alguns momentos pontuais de grande convergência, a tendência é de pulverização e atomização dos grupos.

No que se refere ao movimento de mulheres, o ponto alto desta convergência foi o período preparatório à Constituinte, quando então foram elaborados dezessete itens específicos dando base ao documento *Propostas das Mulheres Capixabas para uma Nova Constituição* e ao I Encontro Estadual da Mulher Capixaba, realizado em março de 1986. Passada a euforia deste momento conjuntural, "cada grupo voltou-se novamente para o seu próprio umbigo", conforme assinalou uma das

entrevistadas. A idéia de autonomia em relação ao Estado, porém, foi perdendo sua significação na mesma proporção em que se foram conquistando delegacias da mulher, e na medida em que se "tiravam" representantes para seminários nacionais sobre "políticas públicas sob a ótica de gênero" ou para encontros avaliativos sobre a experiência dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina. Recursos para passagens e estadia sempre acabavam sendo conseguidos, segundo Ângela Maria do Nascimento e Silva, presidenta do MUSP, junto a órgãos públicos ou a políticos. Medo de perder a autonomia?

Não tem nada disso não. Se a gente precisa, a gente está lá. Não importa partido político e nem quem está no governo. Órgão governamental tem mesmo é que ajudar os movimentos: emprestar vídeo cassete, das *slides*, gravador, xerox e até música para animar...(entr. 10).

É com essa predisposição positiva que esta reconhecida liderança das "mulheres unidas de São Pedro", vê com bons olhos o projeto do atual prefeito no sentido de juntar as Secretarias de Cultura e Desportos e de criar a Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania, para a qual está prevista a criação do "Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher".

Se a relação com a institucionalidade política é, em alguns casos, agregadora dos diferentes grupos e Ongs, em outros momentos pode acirrar as divergências, especialmente quando se trata de "tirar representação do movimento junto a instâncias decisórias" ou mesmo de se ter acesso a recursos destinados "à causa". São momentos em que afloram vaidades pessoais e facções político-partidárias, pelas quais cada qual luta pela sua respectiva territorialidade. Em não havendo regras de

procedimento claras para dirimir divergências e equalizar os diferentes interesses, mesmo porque elas são sempre estabelecidas *ad doc*, a tendência é a dispersão ou o estabelecimento de um campo tenso de interrelações, regido pela constituição de múltiplas identidades.

No movimento negro, por exemplo, é impossível saber-se quem, afinal, o representa. Fácil mesmo é verificar que, em nome de supostos interesses coletivos do negro, instauram-se disputas políticas personalistas, não raro entre os próprios "companheiros de luta ou de partido", pelas quais a identidade de um grupo acaba, no limite, compondo-se pela contraposição aos outros grupos, sem que se explicitem as reais divergências ideológicas sobre a causa negra propriamente dita. Vejamos, a seguir, três depoimentos distintos que, por razões óbvias, não serão identificados.

Ninguém tem hegemonia no movimento negro. Além de haver os negros do PT, da liga contra do PT, do PDT e do PCdoB, há também quem se sente dono do movimento, colocando-se como a grande referência, porém não passa de "gigolô da causa", na medida em que elabora projetos para deles retirar seu próprio sustento.

Tem uns intelectuais aí na parada que não tem nada a ver. Mas cada um tem sua forma de lidar com a questão do negro. Nós aqui fazemos um encontro anual, aberto, para quem quiser participar. Muitos não vêm e depois ficam dizendo por aí que a nossa entidade é personalista e petista. Isso é coisa de quem ocupa cargos dentro do Estado e aparelha o movimento em benefício próprio e do seu partido. Tem gente do PCdoB no DEC, gente do PSB na SEJUC e gente do PDT fazendo a política do Saturnino. Nós estamos com um projeto parado na Secretaria da Educação, que não saiu da gaveta. É um projeto sobre a contribuição do negro na formação do povo brasileiro. No entanto, o governo acaba de criar um museu sobre o negro que no nosso entender não é coisa prioritária.

O Museu representa uma vontade governamental e há certos grupos por aí que só agem no personalismo, sem base. Nós precisamos ter nossos próprios projetos e desenvolver uma política rasteira para chegar batendo e envolver o governo. Estamos propondo um centro de capacitação e especialização do negro no Espírito Santo. Afinal, precisamos agir com mais profissionalismo,

remunerar os quadros do movimento e não ter medo de realizar os projetos por dentro da institucionalidade. Temos de aprender a fazer dinheiro para o movimento a partir das próprias manifestações culturais negras. Afinal até hoje elas só tem sido utilizadas para o lucro capitalista.

Percebe-se que o grande pivô das divergências é precisamente a disputa em torno de distintos projetos em busca do beneplácito do erário público, e sua maior ou menor legitimidade acaba sendo conseguida pelo maior ou menor grau de mobilização de recursos de poder no interior do próprio Estado.

Entre os grupos ambientalistas, a despeito de se travarem divergências mais intelectualizadas em torno da causa ecológica propriamente dita, as disputas por recursos também têm aumentado bastante. A dispersão, neste caso, é configurada não só pelas perspectivas abertas por órgãos estatais e agências oficiais no trato da questão ambiental, mas sobretudo pelo aceno positivo de grandes agências privadas do chamado "desenvolvimento auto-sustentado" no financiamento de projetos desta natureza. Para além da dispersão, coloca-se no entanto o próprio risco de continuidade dos pequenos grupos, na medida em que as pautas governamentais passam a catalizar a energia social e as lideranças geradas no percurso mobilizador independente.

Muitos desses protagonistas, ainda que se ressintam da ausência de uma instância unificadora, capaz de conferir maior racionalidade organizativa e democratização das informações, vêem como saudável este aumento da competitividade intergrupos. Afinal, "toda a política racional que existe hoje é fruto da discussão e das proposições do movimento ambientalista (...) e, diante dela há que se agir com profissionalismo e competência, tanto no que se refere aos temas específicos da questão ecológica, quanto no que toca ao controle e domínio da legislação pertinente." (entr. 15).

Há também quem atribua a muitas Ongs desse campo a condição de "sobrevida" em referência "àquelas que não conseguiram especializar-se, capacitar-se gerencialmente ou capitalizar-se, pois não elas têm pernas para acompanhar a magnitude dos atuais projetos" (entr. 14). De fato, fazer frente hoje ao arrojado projeto "anti-poluente" da Aracruz Celulose, só mesmo outro projeto de igual porte como o que está sendo encaminhado por Ongs poderosas, como a FASE nacional e o IBASE em conexão com o SINDICEL, que trata precisamente dos impactos ambientais dos pólos de celulose no Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. Também o SINDIMETAL está elaborando um mapa de risco ambiental no interior das fábricas, junto aos locais de trabalho. Há ainda outras iniciativas, envolvendo a CUT e as Câmaras Setoriais nos pólos de siderurgia e celulose visando mapear as fontes de emissão de poluição ambiental.

No âmbito dessas relações competitivas, parece estar cada vez mais distante a possibilidade de criação de alguma entidade formal, representativa desse conjunto de Ongs. Recentemente, o presidente da ACAPEMA fez um apelo no sentido de se fundar uma "federação capixaba de entidades ambientalistas autônomas", a exemplo do que se criou no Brasil enquanto CENEA – Confederação Nacional de Entidades Ambientalistas Autônomas. No entanto, o contexto não parece muito favorável, pois sobre a própria ACAPEMA, por alguns chamada hoje de A-CAPENGA, pesam avaliações pessimistas quanto à sua capacidade de sustentação institucional e à sua representatividade. Na verdade, a articulação dos múltiplos grupos locais já teve seu momento forte por época da Eco-92, quando então foi criado o "Fórum de Entidades" com a finalidade de unificar o movimento, enfatizar condutas mais propositivas, definir ações prioritárias, moralizar os critérios de representação e delinear posicionamentos plausíveis no que se refere às políticas públicas para o

setor. Tal fôleto, entretanto, foi exaurindo-se após a Eco-92 e esvaziou-se ainda mais depois do assassinato de Paulo Vinhas, um de seus principais articuladores.

Apesar da idéia de "autonomia" ainda ser um referente do universo militante, é bastante paradoxal o modo como se ela realiza na prática. Após pautar-se durante alguns bons anos por certa visão utópico-romântica, no estilo expressivo-mobilizador da denúncia pública contra o desmatamento, a entrada dos grandes projetos industriais, o lixo atômico, a poluição do Rio Doce, o movimento ambientalista conseguiu canalizar sua energia para a democratização da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, mediante instalação de conselhos paritários, garantindo-se a participação de entidades e associações da sociedade civil na definição das políticas ambientais. Em suma, como diz Freddy M. Guimarães, "o grande mérito (...) foi desfazer a folclórica concepção de ser o defensor do meio ambiente um maluco, e *despertar a sociedade para a necessidade de exigir dos governantes seriedade na abordagem da questão ambiental e qualidade de vida.*" (A Gazeta, 28-10-94, p.03. grifos meus). A convivência com os governantes, porém, nem sempre é vista com bons olhos, nem mesmo quando antigos militantes da causa "tornam-se governo". Nessa hora, é comum evocar-se a autonomia como meio de se justificar a presença de uns e a exclusão de outros. Afinal, "nós somos o movimento, eles, são governo". De outra parte, para quem torna-se governo, sofre duplo ônus: enfrentar a hostilidade de antigos "companheiros de luta" que insistem no ingênuo basismo de recusa à institucionalidade, assim como aceitar o desafio de desnudar as artimanhas da máquina estatal, sem ser engolido por ela.

No fundo, tudo isto indica que muita coisa mudou neste campo. A questão ambiental, tão própria dos grupos e Ongs contestatárias dos anos 70 e 80,

passou a fazer parte não só da agenda dos órgãos estatais, como de grandes instituições bilaterais e multilaterais. Falar hoje em desmatamento ou nos riscos do "reflorestamento" à base da cultura homogênea de eucalipto por parte da Aracruz Florestal, significa ter de inteirar-se de projetos gigantescos que, a exemplo do projeto Mata Atlântica, envolvem a mídia e redes de comunicação articuladas em nível nacional e internacional. Significa saber que a própria Aracruz tem estreito interesse no investimento da bandeira da preservação ecológica a fim de bem realizar seus negócios de exportação, que hoje passam pelo crivo de convenções internacionais anti-poluentes. Significa, enfim, que há muitos dólares num empreendimento onde, se há Ongs sendo recrutadas aqui e acolá, não há como evitar a disputa e o ciúmes entre os próprios pares.

O Banco Mundial, por exemplo, que nos últimos anos aumentou sua interação com Ongs¹⁵, ao compor sua pauta para a década de 90 em torno da política urbana e do desenvolvimento econômico, previu *dispensar maior atenção à reversão do processo de deteriorização do meio ambiente urbano*, considerando suas conseqüências para os problemas ambientais de natureza global. Processo este que dispensa aquela postura preservacionista e romântica de tantas pequenas Ongs, e aponta o processamento da questão da pobreza urbana como um dos graves agentes de desequilíbrio ambiental. Trata-se agora de "dispensar atenção" a projetos que, envolvendo o setor privado, a iniciativa comunitária e órgãos governamentais, voltem-se para a desburocratização normativa, a maior conscientização e educação quanto à crise ambiental urbana, o desenvolvimento de estratégias ambientais especificamente orientadas para as cidades, e programas de ação remediadores, tendo em vista reparar as

¹⁵ Consta que dos 228 projetos aprovados pela Junta de Diretores Executivos do Banco para o ano fiscal de 1990, 50 contam com a participação de ONGs — em acentuado contraste com a média anual de 16 projetos nos 17 anos anteriores" (Williams, 1990:33).

seqüelas ambientais mais sérias deixadas pelas políticas públicas e pelo comportamento privado no passado (Cohen,1991).

Sabe-se que a materialização dessa pauta do Banco Mundial já encontra-se em andamento na Grande Vitória, mediante convênios com a Prefeitura de Vitória e o Governo do Estado, firmados em cima de projetos voltados à despoluição da baía de Vitória e dos ecossistemas litorâneos do Estado. São projetos vultuosos que, expressos em muitos milhões de dólares, recrutam competências específicas e geram, invariavelmente, disputas, acusações, sonegação de informações e suspeitas entre as diversas lideranças de Ongs e grupos afins. Afinal, há sempre os que são contemplados e os que são preteridos. Dentre todos, porém, há uma certeza comum: a questão ambiental, definitivamente, saiu do campo da utopia e ganhou o terreno do mercado; e nele, o que conta é a competição e a competência.

Ora, se a conjuntura mudou, os militantes também mudaram. Cinco, dez, quinze anos de investimento pessoal numa causa social, geraram nada menos do que profissionais bem preparados, tanto do ponto de vista prático quanto do ponto de vista teórico. Depois de prolongados anos de dedicação voluntária ou mal remunerada à assessoria de processos organizativos/mobilizatórios, é perfeitamente compreensível que tais profissionais não resistam aos estímulos do mercado, passando a ser assessores muito bem remunerados por projetos de grande porte. Do mesmo modo, entende-se também a mudança de perfil das próprias Ongs ambientalistas: de veículos que eram de manifestações de protesto e de movimentos reivindicativos localizados, tornam-se progressivamente veículos de maior complexidade societária, de ampliação dos direitos de cidadania e de oxigenação da esfera pública. Muitos de seus dirigentes tem plena consciência deste novo papel e sabem perfeitamente que

determinadas Ongs podem ter seus dias contados se não observarem os seguintes requisitos: 1) demonstrar eficiência, qualitativa e quantitativa, nos projetos que executam; 2) ter postura afirmativa, tornando factíveis seus princípios gerais, saindo da mera denúncia e negatividade à institucionalidade; 3) articular-se com outras Ongs do mesmo ramo de atividade, constituindo redes com institucionalidade própria; 4) mostrar zelo administrativo e gerencial, suscitando respeitabilidade mediante elaboração regular de atas, registro da diretoria, transparência das atividades, contabilidade em dia e freqüentes auditorias. (entr. 16).

Algumas poucas Ongs locais conseguem enquadrar-se nesses requisitos. Talvez seja o caso do MEPES, do CDDH e da APTA, posto que contam com redes bastante sólidas em suas respectivas áreas de atuação específica: educação escola-família no meio rural, condutas de defesa dos direitos humanos e programas de tecnologias alternativas junto a produtores rurais. Todas elas têm fontes asseguradas de financiamento por parte de agências privadas internacionais — as primeiras junto a agências confessionais e a segunda, além de apoios de extração ecumênica, incrementou contatos com agências americanas e canadenses. Assim, podem manter sua autonomia, sua integridade institucional e construir parcerias pontuais com os órgãos de governo.¹⁶

¹⁶ O MEPES é uma sólida organização não-governamental ligada aos jesuítas, possuindo ampla rede regional e nacional. Também o CDDH, além de possuir 18 escritórios no Espírito Santo, conta com 318 entidades espalhadas pelo Brasil. A Rede APTA, por sua vez, é única no Espírito Santo, ainda que desenvolva vários programas, mas possui 18 organizações em nível nacional.

Considerações Finais

Estudar a atuação das chamadas organizações não-governamentais, significa dar conta de uma enorme variedade de novos e pequenos atores sociais que, a partir dos anos 70, compuseram uma nova forma de participação política da sociedade brasileira. Participação esta que tende a realizar-se por diversas modalidades de ação direta sobre o sistema de decisões, legitimando-se a partir de princípios ético-morais, em vez de valer-se dos tradicionais mecanismos de representação política.

Altamente vulneráveis a influxos conjunturais, mesmo porque tendem a cruzar grandes instituições sociais, tais formatos assumiram, na trilha da chamada "educação popular" ainda em tempos autoritarismo político, condutas sensivelmente negativas em relação à institucionalidade política. No entanto, tão logo deflagrado o processo Constituinte e promulgada a nova carta Constitucional, houve a conversão da energia movimentalista então incrementada por tais organismos, em ações visivelmente voltadas à ampliação dos direitos de cidadania, à democratização dos processos decisórios e à proposição de políticas públicas. Assim, de veículos que eram da chamada "educação popular", pela qual veiculavam-se códigos ético-políticos genéricos como autonomia em relação ao Estado, independência em relação aos partidos políticos e, sobretudo, "democracia de base", as Ongs passam cada vez mais a falar a linguagem da mediação, da negociação e do estabelecimento de parcerias, inclusive com o Estado, colocando-se como instrumentos de conquista da ampliação dos direitos de cidadania e como agências privadas de formulação de políticas públicas. Para muitas delas, tal mudança de perfil tem significado desde a desativação de suas funções até seu completo desaparecimento. Outras, no entanto, têm se reciclado mantendo suas atividades em outro patamar.

Conforme vimos na Introdução, as Ongs têm aumentado bastante sua importância e seu reconhecimento público a partir do início da presente década. Tal importância cresce tanto em razão do esgotamento dos paradigmas desenvolvimentistas do pós-guerra, que situavam o Estado como centro convergente das ações de desenvolvimento, quanto da crise do próprio Estado na América Latina, de cujos prolongados períodos de autoritarismo político tem resultado crescente desmoralização do sistema político, situações crônicas de ingovernabilidade, além de desconfiança e descrença em relação às instituições políticas. Nesse contexto as Ongs apresentam-se como uma alternativa virtuosa no sentido da diversificação e do fortalecimento das organizações da sociedade civil, como meio de se oxigenar e de se imprimir controle social sobre as estruturas políticas. Entretanto, se é verdade que a esfera política não pode ser jamais uma mera extensão dos interesses organizados da sociedade civil, e se aceitamos que no processo político contam as trajetórias pessoais, as identificações partidárias e os diferentes cálculos políticos, então não há como imaginar esses novos formatos participativos sem o desenvolvimento da habilidade de negociar, de construir alianças e, sobretudo, de capacitar-se para o diálogo deliberativo, sob pena de se colherem sucessivas frustrações. Mesmo porque, por não buscarem a representação e por regerem-se por critérios particulares de organização, as Ongs estão sempre sob o risco de serem deslegitimadas para o diálogo decisório. A única garantia de legitimidade e respeitabilidade é dada pela sua capacidade de agir dentro de uma ética pública, exercida com base em valores altruístas e a partir de critérios de competência e profissionalismo.

Referências Bibliográficas e Documentais

- ABC - AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Organizações não-governamentais estrangeiras atuantes no Brasil*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1991. [Caderno]
- ABONG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS. "Esplendor" e "miséria" das Ongs. Rio de Janeiro, 20-06-1994.(mimeo.)
- ALMEIDA, Cynthia. A voz dos meninos do Brasil. *Veja*, São Paulo, 20 jan.1993, p.46-51.
- ARANTES, Ether M. Do código ao Estatuto: criança e adolescente. *Mutações Sociais*. Rio de Janeiro, CEDAC, ano 2, n.4, jul/ago 1993.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O desafio brasileiro: a retomada do desenvolvimento em bases ecologicamente sustentáveis. *Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra-USP, v.2, n.3, dezembro 1993. (Política Internacional & Comparada).
- BERNARDES, Ernesto & NANNÉ, Kaíre. "O Brasil organizado funciona". *Veja*, São Paulo, Abril Cultural, fev.1994.
- BRANDÃO, Carlos R. Da educação fundamental ao fundamental da educação. *Cadernos do CEDES*, v.1, n.1, p.5-34, 1980.
- CABRAL, Maria Angela Varella (coord.). *Um perfil ameaçado: as ações não-governamentais de atendimento a crianças e adolescentes empobrecidos da Grande Vitória, ES*. Vitória: Departamento de Psicologia, UFES, 1994.[Relatório de Pesquisa]
- CDDH-CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA. *Violência não!:* História do CDDH em defesa da vida. s.l., s.d. [cartilha]
- _____. Relatório do 2º Momento do Planejamento Estratégico Carapina. Serra, 25-09-93. (mimeo.)
- CECOPES - CENTRO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR D. JOÃO BATISTA. *Programa de formação para o movimento popular*. Vitória, Equipe de Movimento Popular, 1993. [folder]
- CECUN - CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA NEGRA-ES. *Carta de princípios e estatutos*. [Vitória], s.d. (mimeo.)
- _____. *Comemoração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares*. [Vitória], s.d. (mimeo) [Carta convite].
- CESE - COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS. Assembléia Geral Ordinária, 1º e 2 jul.1987. *Relatório do grupo que estudou o texto sobre conjuntura*. Salvador, 1987c. mimeo.
- CITELI, Maria Teresa. *Mulheres e direitos reprodutivos a periferia: releitura feminista de um movimento de saúde*. São Paulo, USP/FFCH, 1994. [Dissertação de mestrado]
- CMP - CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES. II plenária estadual da central de movimentos populares. s.d. (mimeo)

- COHEN, Michael. *"Política urbana e desenvolvimento econômico: uma pauta para a década de 1990"*. Banco Mundial, fev/1991. mimeo.
- COMPANHIA DE JESUS NA AMÉRICA LATINA. [Encontro de Provinciais]. Carta aos jesuítas da América Latina. *Texto e Contexto*, São Paulo, v.1, n.4/5, p.54-6, mar/jun.1968.
- CPV - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO VERGUEIRO. *Levantamento bibliográfico para educação popular*. 2 set.1992. São Paulo, 1992. mimeo.
- DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a abertura: 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo, MAINWARING, Scott. *A Igreja nas bases em tempo de transição: 1974-1985*. Porto Alegre: L&PM; São Paulo: CEDEC, 1986. p.13-45.
- DESENVOLVIMENTO de base. *Revista da Fundação Interamericana*, São Paulo, nº 1, 1993. [Edição especial sobre o Brasil]
- DOIMO, Ana Maria. *"O 'movimento popular' e as Ongs na trama de redes sociais movimentalistas"*. Caxambu, 1993, mimeo. [Apres. ao XVII Encontro Anual da ANPOCS]
- CONSEMA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. *Entidades ambientalistas e outras Ongs do Espírito Santo*. [Vitória], s.d. (mimeo.)
- FASE - FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. *Compromissos básicos da FASE*. Rio de Janeiro, 1982. [caderno]
- _____. A questão urbana. *Proposta*, Rio de Janeiro, [supl.], dez.1981.
- FERNANDES, Rubem C. "Sociedade civil e ecumenismo". *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, nº 44, 1993, p.55-64.
- _____. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERNANDES, Rubem C. & CARNEIRO, Leandro P. *Ongs anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*. Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa/ISER, 1991. (Série Textos de Pesquisa).
- FORUM DCA-FORUM ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ES. *Aos representantes das ONG's no CRIAD*. Vitória, 1993, (mimeo.) [carta].
- _____. *II Assembléia geral do FORUM DCA/ES*. Vitória, 1994.)mimeo) [carta-convite]
- _____. *Princípios norteadores de funcionamento*. Vitória, s.d.(mimeo.) [regimento]
- FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL. *Princípios Institucionais*. s.l., s.d. (mimeo.)
- _____. *Buscando definições....* s.l., s.d. (mimeo.) [Texto em elaboração]
- _____. *Ideário internacional de fé e alegria*. s.l., s.d. (mimeo.)

- GARRINSON II, John W. A Eco-92 e o florescimento das ONG brasileiras. *Desenvolvimento de base: Revista da Fundação Interamericana*, São Paulo, nº1, 1993, p.2-11. [Edição especial sobre o Brasil]
- IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Desenvolvimento, cooperação internacional e as Ongs*: livro do 1º Encontro Internacional de Ongs e o Sistema de Agências das Nações Unidas. Rio de Janeiro, 1992.
- LANDIN, Leilah (org.). *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais do Brasil*. Rio de Janeiro, ISER, 1988.
- MATER et Magistra [João XXIII, Papa]. *Cadernos da FFCL*, Sorocaba, n.1, p.1-71, 1962.
- MISEREOR. *Brasil e Misereor: um posicionamento*. s.l., 08.04.1992. (mimeo)
- MNDH - MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. *10 anos de luta pelo direito à vida: relatório do VII Encontro Nacional*. Brasília: SER, 1992.
- MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. *Campanha contra a impunidade: relatório de um anos de atividades*. s.l., s.d. (mimeo.)
- _____. *Carta de princípios do MNDH*. s.l. s.d. (mimeo).
- PAS, Maria Verônica da. MUCANE: Museu capixaba do negro, museu da cidadania, devir negro. *Dinâmicas Multiculturais Novas Faces Outros Olhares*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4-7 jul. 1994. [Resumo apres. no III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais]
- _____. *Participação social e construção da subjetividade: a compreensão do grupo 1º de maio como grupo sujeito*. Vitória, 1990, UFES [Trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas]
- POPULORUM *Progressio*: carta encíclica de Sua Santidade o Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos. São Paulo: Ed.Paulinas, 1967. (A Voz do Papa, 49).
- REUNIÃO de agências de cooperação que têm programas no Brasil. Recife, 15-15 de outubro de 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SEIN - SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR, CESAN - COMPANHIA ESPIRÍTO SANTENSE DE SANEAMENTO. *Programa de despoluição dos ecossistemas litorâneos do Estado do Espírito Santo*: Brasil, projeto de educação sanitária, nov/1993. mimeo.
- SERPA, Ana Maria Petronetto. *Gestão da política de garantia dos direitos de crianças e adolescentes: a experiência de Vila Velha, ES*. Vitória, NECA/UFES, 1993. (mimeo.)
- _____. *O perfil dos Conselhos Tutelares no Espírito Santo*. Vitória, NECA/UFES, 1994. (mimeo).

- SILVA, Ana Amélia da. "Dimensões da interlocução pública: cidade, movimentos sociais e direitos". Caxambu, 1993, mimeo. [Apres. no XVII Encontro Anual da ANPOCS]
- SILVA, Cátia Aida Pereira da. *Os conselhos tutelares da criança e do adolescente de São Paulo e os segmentos pró-cidadania: conflitos, negociações e impasses na construção de espaços públicos*. São Paulo, USP/IFCH, 1994. [Dissertação de Mestrado].
- SOUZA, Herbert. "As Ongs na década de 90". *Desenvolvimento, cooperação internacional e as Ongs*, Rio de Janeiro, IBASE/PNUD, 1992.[Relatório do 1º Encontro Internacional de Ongs e o Sistema de Agências das nações Unidas]
- VIGEVANI, Tullo. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. *Lua Nova*, São Paulo, n.17, p.93-109, jun.1989.
- VISÃO MUNDIAL. Provisão - botetim mensal de apoio à participação e à solidariedade cristã, ano V, jul/1994.
- _____. *Visão Mundial: 19 anos de luta com os empobrecidos pelos seus direitos de cidadão*. Jornal Transformação: informativo bimestral, jul/ago/1994, ano VI - nº 4.
- _____. *O que está acontecendo com nossa juventude hoje?* Liderança Cristã.(Suplemento especial do Jornal Transformação jul/ago/1994).
- _____. *Informações sobre programa de apadrinhamento*. (mimeo.)
- WILLIAMS, Aubrey. "Cresce a participação das Ongs no desenvolvimento". *Finanças & Desenvolvimento*, s.d., s.l., dez.1990, p.31-33.

Caracterização dos entrevistados

01- Fem.

Representante da Pastoral do Menor junto ao Conselho Municipal da Criança e do adolescente. Desenvolve trabalhos em várias frentes, seja junto aos meninos e meninas de rua, seja nas comunidades. Militante antiga das pastorais da Igreja Católica e das CEBs, dedica-se inteiramente, juntamente com o marido, a esses trabalhos voluntários.

02- Masc.

"Educador popular" junto à Fundação Fé & Alegria e representante desta ONG junto ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Desenvolve prioritariamente um trabalho junto ao MNMMR, dando atendimento direto a meninos e meninas de rua, prestando assessoria a programas preventivos, capacitando educadores de rua e intervindo nas políticas públicas do setor através dos Conselhos da Criança e do Adolescente e do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

03- Fem.

"Educadora Social", membro da equipe que compõe o escritório da Visão Mundial no Espírito Santo. Formada em Serviço Social pela UFES em 1980, acompanha, desde 1982, os projetos implementados por essa ONG.

04- Fem.

Coordenadora da Central de Movimentos Populares do Espírito Santo. Foi uma das fundadoras do CECOPES e, trabalhando como "educadora popular", atuou em diversos projetos de organização popular, especialmente na formação da Associação de Moradores de Cariacica - FAMOC. É professora de História e desenvolve, em nível de pós-graduação, um projeto de pesquisa relativo à renovação do ensino de História junto à rede municipal de Vitória.

05- Fem.

Membro da Coordenação Executiva do CECOPES desde 1987. Fez parte, desde 1982, do processo de desenvolvimento das CEBs e do trabalho pastoral da Igreja Católica implementado em Cariacica. Tem formação universitária em Pedagogia e, como membro do CECOPES, reconhece-se como "educadora social".

06- Fem.

Fez parte da equipe da FASE como responsável pelos projetos voltados à organização popular em bairros da periferia da Grande Vitória, entre fins dos anos 80 até 1992. Foi demitida juntamente com os demais membros da equipe no momento em que esta ONG redefine o seu perfil institucional. Possui formação universitária em Sociologia, tendo trabalhado no IBASE e ministrado aulas na UFES.

07- Fem.

Chefe da Divisão do Departamento de Promoção Social da Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Vitória e assessora da FAMOPES. Seu primeiro contato com o movimento popular deu-se junto à pastoral da Igreja, em 1968, na cidade de Belém (PA). Ingressou na FASE em 1974, tendo sido uma das suas principais dirigentes até 1992 quando, junto com toda a equipe, foi demitida. Durante os 18 anos de trabalho na FASE assessorou movimentos de oposição sindical na cidade e no campo, acompanhou o processo de formação da CUT e da FAMOPES.

08- Masc.

Deputado Estadual pelo PT na legislatura 1990-94. Militante de movimentos comunitários em Vila Velha, foi articulador, assessor e um dos presidentes do Conselho Comunitário de Vila Velha, responsável pela discussão do orçamento do município. Fundou o INAP e, através dele, organizou diversos cursos de formação na linha da "educação popular". É filósofo e professor aposentado da UFES.

09- Fem.

Atualmente é diretora do MUCANE — Museu Capixaba do Negro —, mas sua principal militância deu-se junto ao movimento de mulheres em geral e a grupos de mulheres negras em particular. Acompanhou de perto, entre 1985 e 1991, o trabalho do Grupo 1º de Maio de Santa Rita, em Vila Velha, voltado à reivindicação de creches, saúde, delegacia da mulher, etc. É médica psiquiatra de formação.

10- Fem.

Presidente do MUSP e líder comunitária. Membro atuante do MUSP e do Movimento Comunitário de São Pedro desde suas origens. É professora primária e tem prática de enfermagem.

11- Masc.

Dirigente histórico do CECUN desde a sua fundação em 1983. Apesar da notável fragmentação do movimento negro, atribui ao seu centro o caráter de "entidade forte" no Espírito Santo para representar as questões do negro. Filiado ao PT, foi candidato a vereador em 1982 e em 1992 e a deputado estadual em 1986, alcançando pequena margem de votos.

12- Masc.

Dirigente do Afrodisiaco, grupo negro dissidente do CECUN. Reconhece a fragmentação do movimento negro e vê o personalismo como causa.

13- Fem.

Funcionária administrativa do CDDH desde 1990. Sua primeira experiência de organização popular deu-se em 1984 junto a uma comissão pastoral ligada à Igreja Católica, que começou a atuar no município da Serra no âmbito das associações de moradores.

14- Fem.

Ex-Secretária Municipal do Meio Ambiente do Governo Vitor Buaiz junto à Prefeitura de Vitória entre 1989 e 1993. Sensibilizou-se pela causa ecológica em 1977 quando integrou o CIMI. Em 1978 conhece Rogério Medeiros e, juntos, protagonizam a formação da ACAPEMA, primeira entidade ambientalista do Espírito Santo. Em sua militância, acompanhou o impacto da Aracruz Celulose e do Polo Siderúrgico no meio ambiente. É socióloga e contatada pelo IJSN desde 1978.

15- Masc.

Assessor técnico do Consórcio da Bacia do Rio Jucú, uma sociedade civil sem fins lucrativos que congrega representantes de dez municípios interessados na boa qualidade dos recursos hídricos. Antigo ativista da questão ecológica, manteve contatos estreitos com Augusto Ruski e familiarizou-se, desde o início, com a ACAPEMA, vindo a tornar-se seu presidente em 1992. Formado pela UFES em biologia no ano de 1978, tornou-se mestre em Ecologia pela UNICAMP e foi contratado pelo IJSN em 1987.

16- Masc.

Dirigente da APTA no Espírito Santo. Antigo militante em projetos de tecnologia de agricultura alternativa, desde a existência de programas anexos à FASE de Porto Alegre no início da década de 80. Participa do movimento de autonomização dessa ONG e chega no Espírito Santo em meados 1985 para implantar a APTA mediante receptividade do então Secretário da Agricultura, Ricardo Santos. É engenheiro agrônomo e incentiva, junto a pequenos produtores rurais, experiências de compatibilização de culturas, fomento de distribuição de mudas, controles biológicos de pragas, fertilizantes orgânicos, etc.

Glossário de Siglas

AABRI	AMIGOS DA BACIA DO RIO ITAPEMIRIM
ACAPEMA	ASSOCIAÇÃO CAPIXABA DO MEIO AMBIENTE
ACODI	ASSOCIAÇÃO COLATINENSE DE DEFESA ECOLÓGICA
ADIVEPA	ASSOCIAÇÃO VILAVELHENSE DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
AMUCABU	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE CARIACICA EM BUSCA DA
LI	LIBERTAÇÃO
APAE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE ALUNOS EXCEPCIONAIS
APTA	ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS EM TECNOLOGIA
	ALTERNATIVA
CBIA	CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA
CDDA	CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CDDH	CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
NECA	NÚCLEO DE ESTUDOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CEBs	COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
CECOPEs	CENTRO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR D. JOÃO
	BATISTA
CECUM	CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA NEGRA
CMP-ES	CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES DO ESPÍRITO SANTO
CENEA	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS
	AUTÔNOMAS
CENEC	CENTRO DE APOIO AOS ESTUDANTES CRISTÃOS
CECUN	CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA NEGRA
CIM	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA MULHER
CIMI	CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO
CNBB	CONFERÊNCIA DOS BISPOS DO BRASIL
CONSÓRCIO	CONSÓRCIO DA BACIA DO RIO JUCU
CPV	CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO VERGUEIRO
CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DEC	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CULTURA
FAMOC	FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE
	CARIACICA
FAMOPES	FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E
	MOVIMENTOS POPULARES DO ESPÍRITO SANTO
FASE	FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
	EDUCACIONAL
FORUM	FORUM ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DCA	DO ADOLESCENTE/ES
IESBEM	INSTITUTO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR
IBASE	INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SÓCIO-ECONÔMICAS
IJSN	INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
INAP	INSTITUTO DE AÇÃO POPULAR
MAO	MULHERES AUTÔNOMAS ORGANIZADAS
MEPES	MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO ESPÍRITO SANTO
MNMMR	MOVIMENTO DE MENINOS E MENINAS DE RUA
MUCANE	MUSEU CAPIXABA DO NEGRO

MUSP	MULHERES UNIDAS DE SÃO PEDRO
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL
PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PDT	PARTIDO DEMOCRATA TRABALHISTA
PSDB	PARDIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
SINDICEL	SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CELULOSE
SINDIMETA	SINDICATOS DOS METALÚRGICOS
L	
SEJUC	SECRETARIA ESTADUAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
SEP	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR
UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO